



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

DIAS, LEILA CHRISTINA; APARECIDA DOS SANTOS, GISLENE
REGIÃO, TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE. UMA HISTÓRIA DE DEFINIÇÕES E
REDEFINIÇÕES DE ESCALAS ESPACIAIS (1987-2001)

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 5, núm. 2, novembro, 2003, pp.
45-56

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513952498004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

REGIÃO, TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE

UMA HISTÓRIA DE DEFINIÇÕES E REDEFINIÇÕES
DE ESCALAS ESPACIAIS (1987-2001)

LEILA CHRISTINA DIAS
GISLENE APARECIDA DOS SANTOS

RESUMO *Este artigo examina a trajetória dos conceitos de região, território e meio ambiente no interior da produção científica da Anpur, no período compreendido entre 1987 e 2001. Mostra os vários usos da palavra região e como o recorte regional, presente como eixo norteador do I Encontro em 1986, perde terreno nos artigos publicados em 1991 e 1993. Nessa encruzilhada, o trabalho identificou pelo menos três redirecionamentos principais: a construção do conceito de território, a emergência de estudos ambientais e o uso da região como conceito fundante de uma reflexão política de base territorial. Conclui que a construção dos conceitos de território e de territorialidade articulados ao de região ou de meio ambiente é rica de possibilidades, porque traz para o espaço da reflexão a dimensão do poder e do controle.*

PALAVRAS - CHAVE *Escalas espaciais; região; território; meio ambiente; desenvolvimento sustentável; produção científica da Anpur.*

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a produção científica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur) sobre a temática das escalas espaciais, particularmente a região, o território e o meio ambiente, com a preocupação de efetuar um balanço teórico e identificar novas direções nas pesquisas urbanas e regionais no País.

O desafio foi enorme, por várias razões. Em primeiro lugar, pela dimensão da tarefa, ou seja, pelo elevado número de trabalhos publicados nos *Anais da Anpur*, trabalhos que constituíram nossas principais fontes de consulta. Entre 1989 – quando teve início a publicação dos trabalhos completos – e 2001, foram selecionados e publicados 684 trabalhos nos *Anais* dos Encontros. O fato de a Associação representar um espaço pluridisciplinar por excelência constituiu o segundo desafio, na medida em que cada um – antropólogos, arquitetos, demógrafos, economistas, engenheiros, geógrafos, historiadores, sociólogos, urbanistas (e a lista não se esgota aqui) – fala com base no seu próprio campo de reflexão e de ação, e em cada um desses campos é possível reconhecer conceitos que estão no centro de debates que alimentam nossas discussões epistemológicas. As experiências são também infinitamente diversas: somos majoritariamente pesquisadores, professores e estudantes em programas de pós-graduação; mas, simultaneamente ou não, damos assessoria e consultoria a movimentos sociais, integramos ONGs, somos técnicos em secretarias de governo.¹

O trabalho apresenta dificuldades de ordem metodológica e conceitual. Como encontrar um caminho para pensar a trajetória das escalas espaciais propostas pela comissão

¹ Sobre as diferenças entre as pesquisas desenvolvidas nas universidades e nos institutos de pesquisa, ver o relatório do grupo de trabalho “Planejamento Habitacional”, coordenado por Alex Abiko, tendo como relatores Nabil Bonduki e Bruno Dauter Magalhães e Silva, e publicado nos *Anais* do I Encontro da Anpur. Os autores reconhecem uma “base paradigmática” e uma atuação diferentes, porque “as Universidades centram sua intervenção na produção do conhecimento e no conhecimento da realidade (pesquisa espontânea sem compromisso de aplicação imediata), enquanto os institutos resolvem as solicitações concretas e imediatas, daí desdobrando linhas de interpretação mais amplas” (p.45).

2 Definimos uma norma para a catalogação dos textos consultados: referência direta ou por inferência a Região, Território e Meio Ambiente, atribuindo-lhes palavras-chave e verificando as idéias centrais. No interior do texto listamos os autores mais citados. Essa atividade foi feita para cada um dos anos da publicação dos *Anais*. Em seguida esboçamos um quadro demonstrativo que nos desse uma visibilidade temática na ordem temporal (1986-2001).

organizadora – região, território e ambiente –, no âmbito das pesquisas em planejamento urbano e regional publicadas nos *Anais*? Como delimitar o universo dos textos a serem analisados, na medida em que muitos trabalhos fazem referência à região ou ao território, sem que esses recortes constituam o objeto principal de estudo, o objeto passível de construção teórica? Apesar da maior complexidade, decidimos trabalhar com textos que introduzem esses recortes espaciais, porque julgamos ser relevante observar em que medida eles são tratados por inferência e/ou como objeto de estudo.² Moveu-nos o interesse de trazer em nossas reflexões o sentido no qual alguns dos recortes espaciais se anunciam e o que enunciam, daí a busca de conceitos-chave e de idéias norteadoras. Deixamo-nos refletir sobre o conjunto de textos reunidos no interior da própria Anpur, dialogando com os autores sobre enunciados, dúvidas, desafios e posicionamentos entre os diversos e heterogêneos artigos.

Partimos da idéia de encruzilhada, presente no título desta mesa-redonda. Encruzilhada entendida como lugar onde se cruzam caminhos, onde se confrontam idéias, lugar de escolhas e onde se tomam decisões. Nossos olhares sobre a produção científica da Anpur buscaram reconhecer mudanças de direção, momentos de crise e lugares de escolha.

A CONSTRUÇÃO DA REGIÃO: EM DIREÇÃO A UMA REFLEXÃO POLÍTICA DE BASE TERRITORIAL

O recorte regional está presente nas discussões da Associação desde a sua fundação. De fato, o I Encontro, realizado em Nova Friburgo, em 1986, foi estruturado em torno de quatro grandes grupos de trabalho, a saber: área de planejamento regional; área de planejamento urbano; área de tecnologia da habitação; e balanço quantitativo da produção técnico-científica em planejamento regional, urbano e habitacional (1980-1986). Em 1986, Rainer Randolph e Ester Limonad apontavam as dificuldades de delimitação da área e de classificação dos trabalhos: “O que é regional? Como distinguir as investigações técnico-científicas pertencentes a este campo das de outros, especificamente em oposição à pesquisa urbana?” (1986, p.57).

Num conceituado dicionário de Geografia, o verbete *região* começa pela informação de que se trata de uma das palavras mais divulgadas, vagas e polissêmicas da Geografia (Brunet, Ferras & Théry, 1993). Trata-se também, como sugere Bourdieu, de “um objeto de lutas entre cientistas, não só geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de ‘regionalização’ e movimentos ‘regionalistas’, economistas e sociólogos” (2001, p.108). Largamente inspiradas no trabalho seminal de Gomes (1995), procuramos identificar nos vários usos da palavra *região* suas diversas operacionalidades.

Em primeiro lugar, é possível reconhecer um sentido que permeia todos os encontros da Anpur: a região como referência associada à localização e à extensão de um certo fenômeno. Adjetivada como de fronteira, de interior, metropolitana, da cidade X ou Y, as regiões corresponderiam a entidades espaciais de escala “média”: o “regional” estaria em alguma parte, entre o nacional e o local. A divisão do País em macrorregiões e as divisões dos Estados da federação em microrregiões homogêneas, regiões de governo, regiões administrativas e sub-regiões são utilizadas como quadros de referência para apresentar os diferentes fenômenos em estudo: migrações (1987, 1989, 1997), agropecuária (1987), tecnolo-

gias de comunicação (1991, 1997), renda e condições de vida (1993), condições de habitação (1997), divisão do trabalho (1999, 2001). Nessa perspectiva, a região não é construída como categoria nem como escala de análise – os objetos passíveis de construção teórica são os processos econômicos e sociais que se desenvolvem nesta ou naquela localização.

A região tem também o sentido de “classe de área”, resultado de um processo de regionalização – divisão do espaço segundo critérios variados e justificados pela pesquisa. Os conceitos de pólo, de polarização (desenvolvidos originalmente por François Perroux), e de região polarizada – o conjunto formado pelo pólo e a região polarizada – estão presentes nos primeiros *Anais da Anpur* (1987 e 1989). Contudo, em 1991, a região e a regionalização, como expressão de um princípio de classificação espacial, constituem objeto de debate nos seguintes termos: “O complexo agroindustrial brasileiro, ao redefinir as relações intersetoriais agricultura–indústria e as relações espaciais campo–cidade, rural–urbano, aponta para a superação do fenômeno da regionalização da atividade produtiva, indicando que a cadeia produtiva quebra com a lógica anterior da configuração espacial da integração econômica” (Lavinias & Nabuco, 1991, p.211).

A região é empregada também com o sentido de unidade administrativa e, “neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce freqüentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados” (Gomes, 1995, p.53). A região define assim o limite das políticas. Os textos indicam mudanças nos recortes territoriais que dão o quadro de intervenção do Estado: entre 1987 e 1991, as macrorregiões como objeto da ação das políticas são substituídas pelas regiões dos grandes projetos de investimento,³ como Carajás, e pelas regiões dos programas de desenvolvimento, tendendo para a seletividade espacial crescente do grande investimento industrial (Gunn, 1989; Piquet, 1989; Sampaio, Carvalho & Porto, 1989; Vainer, 1991).

A região constitui referência fundamental de grande parte dessas políticas, como conceito e realidade. Contudo, alguns textos sugerem que ela carece de consistência, tanto teórica como empírica (Lencioni, 1989, p.119). Apesar da “grande ilusão gerada pelas propostas de equilíbrio regional”, ainda não teria havido uma reflexão consistente sobre a temática regional, “como teoria e como política”, afirma Sandra Lencioni (1989, p.119).

De certa forma, estávamos aproximando-nos de um ponto crítico, a partir do qual novos caminhos seriam trilhados. No final dos anos 80, havia consenso sobre a crise e o declínio do interesse pelo planejamento regional. A reorganização do espaço e da economia, as reformas na ação do Estado, a descentralização produtiva, a abertura democrática, a emergência de novos atores sociais, os dispositivos legais presentes na Constituição Federal de 1988, a redistribuição geográfica dos recursos fiscais significavam novas condições históricas e institucionais que estavam transformando a própria realidade brasileira e introduzindo novos desafios à investigação. Como enfrentá-los? Com quais instrumentos? Como significar ou ressignificar os conceitos para melhor iluminar a realidade em mutação?

A análise da evolução dos trabalhos apresentados mostra que, embora a temática regional nunca tenha estado ausente, entre 1991 e 1993 a produção diminuiu em termos absolutos e relativos. Se em Salvador, em 1991, eram cerca de 11 estudos, representando 19,6% do conjunto de 56 trabalhos, dois anos mais tarde eram nove e representavam 13,5% de um universo de 65 trabalhos apresentados no encontro de Belo Horizonte. A título de exemplo, naquele encontro, intitulado “Encruzilhadas das Modernidades e Planejamento”, a quase totalidade dos 15 trabalhos apresentados na sessão temática dedicada à discussão sobre “Estado, planejamento e sociedade civil: gestão urbana e regional”

3 Por grandes projetos de investimento entendem-se as “grandes unidades produtivas, a maioria das quais para o desenvolvimento de atividades básicas, como arranque ou início de possíveis cadeias produtivas, para a produção de aço, cobre e alumínio; outras para a extração de petróleo, gás e carvão, dedicadas a sua exploração em bruto e/ou transformação em refinarias ou centrais termelétricas (...) grandes represas e obras de infra-estrutura associadas ou não aos exemplos anteriores (...) complexos industriais portuários, e, em outra escala, usinas nucleares, geotérmicas etc.” (Laurelli apud Vainer, 1991, p.153).

pensava a reforma urbana, os movimentos sociais nas cidades, a descentralização e a gestão municipal. As esferas do pensamento e da ação pareciam deslocar-se em busca de novos referenciais.

Nessa encruzilhada, nosso trabalho identificou pelo menos três caminhos/redirecionamentos principais: a construção do conceito de território, a emergência de estudos ambientais e o redirecionamento do uso da região como conceito fundante de uma reflexão política de base territorial.

O território, assim como a região, foi também largamente utilizado como referência associada apenas à localização e à extensão dos fenômenos. Muitas vezes, são usados indistintamente os termos *espaço* e *território*, reduzindo-se a configuração territorial à distribuição das atividades no espaço.

As primeiras buscas de construção do conceito de território estão presentes em 1989: o território traz a idéia de determinado uso do espaço, “consubstanciado em processos de apropriação e de controle, que demarcam áreas geográficas específicas” (Davidovich, 1989, p.69). No estudo da relação entre territorialização da prostituição feminina e processos de segregação em São Paulo, o território é pensado como “aquilo que é controlado por um certo tipo de poder” (Foucault apud Feldman, 1989, p.353). Em 1995, o território é representado como espaço definido e delimitado por relações de poder, podendo existir e ser construído nas diferentes escalas e está presente como referencial teórico em pesquisa sobre o estudo do tráfico de drogas no Rio de Janeiro (Souza, 1995). O tráfico é reconhecido como atividade multiescalar por excelência, que se manifesta sob a forma de redes internacionais do crime organizado e de redes que disputam o mercado consumidor na escala intra-urbana. “O conceito de território descontínuo expressa a necessidade de se construir uma ponte conceitual entre o território em sentido usual (que pressupõe contigüidade espacial) e a rede (onde não há contigüidade espacial)” (Souza, 1995, p.1.068). As idéias de *território rede* e de *territorialidade em rede* são assim introduzidas.

A menor expressão dos estudos regionais, apontada há pouco, não significou a negação da região ou o seu desaparecimento das agendas de pesquisa. Inspirada no pensamento de Milton Santos, a organização regional permanece objeto de discussão. A modernização que chega ao campo na Patagônia Argentina, ignorando a rede urbana local, produz crescente diferenciação de lugares e nova organização regional, menos baseada nas horizontalidades – que seriam o domínio da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma contigüidade espacial – e mais estruturada nas verticalidades, formadas por pontos distantes uns dos outros ligados pelas redes (Silveira, 1993). No Brasil, os processos de reorganização produtiva e industrial, e de redistribuição espacial da população no médio vale do Paraíba fluminense tendem também a substituir a hierarquização urbana clássica por uma cooperação entre lugares com distintas funções, de diferentes níveis e patamares (Limonad, 1999). Se os limites do Estado-Nação historicamente circunscreveram a região em termos de gestão ou planejamento, mudanças econômicas e políticas que favorecem a tendência à globalização – com fluxos que se estendem para além das fronteiras nacionais – exigem repensar os agentes envolvidos (Estado, empresas e instituições) que interagem e redefinem “as potencialidades e limitações das regiões subnacionais” (Arroyo, 1995, p.1113). Em 1999, com base em pesquisa sobre a rede de migração de brasileiros nos espaços fronteiriços com o Paraguai, o Uruguai e a Argentina, Rogério Haesbaert analisa o processo de formação de uma “região transfronteiriça”, rompendo os limites territoriais dos Estados nacionais.

A discussão sobre os recortes territoriais que dão o quadro de intervenção do Estado

se reatualiza em 1997, a partir do reconhecimento da ausência de políticas regionais e da necessidade de introduzir novas formas de tratar a dimensão regional. Duas propostas são colocadas em discussão: a identificação de sub-regiões como objeto de ação da política regional, e a criação de um conselho de políticas regionais como fórum de tomada de decisões, com a participação de representantes da esfera pública (governo federal, parlamento nacional) e de organizações não-governamentais. Delineia-se assim uma proposta política, através dos conselhos regionais, com o objetivo de fundar uma nova regionalização (Bacelar, 1997).

Com base em outros referenciais analíticos, a região é pensada como espaço identitário, simbólico e político, inspirada nas proposições conceituais e metodológicas de Pierre Bourdieu. As regiões são “resultado de um complexo processo histórico de construção social em que intervêm, sincrônica e diacronicamente, relações econômicas, políticas e simbólicas” (Vainer, 1995, p.1.034). É nessa perspectiva que o conceito de neo-regionalismo de base popular é construído para interpretar os movimentos dos seringueiros do Acre e dos atingidos por barragens. Movimentos e conflitos regionais estariam expressando profunda reestruturação territorial e estabelecendo novos significados às escalas espaciais (Vainer, 1995). Em 2001, essa reflexão avança no sentido de fundar uma discussão sobre as escalas de análise e as escalas da ação política. Carlos Vainer mostra que o debate teórico-conceitual e político encontra-se estruturado com base na oposição entre as escalas global e local. Contudo, como ele mesmo sugere, as escalas não existem *a priori*, elas são construídas nos processos sociais, políticos, econômicos e culturais.

ENTRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A crise do planejamento regional e o redirecionamento da dimensão regional para análises territoriais, como apresentado na seção anterior, é correlato ao aparecimento dos estudos ambientais, que até 1991 estiveram ausentes no interior dos textos da Anpur. Análises sobre o modelo de gestão dos recursos hídricos, a evidência de conflitos ambientais de diversas ordens ocorrendo em Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rondônia, Pará, Santa Catarina e Rio de Janeiro (para lembrar os Estados mais mencionados) são temas recorrentes que revelam a multiplicidade e heterogeneidade dos assuntos tratados.

Diante essa multiplicidade de temas foi-nos possível visualizar um recorte temporal, que delimitamos em três fases. A primeira, que se inicia em 1991 e vai até 1997, caracterizada pelos anais do III ao VII Encontro; a segunda, em 1999, pelos anais do VIII Encontro em Porto Alegre; e a terceira e última, em 2001, pelos anais do IX Encontro. Nesses dez anos de publicação, o conceito *meio ambiente* na Anpur apresenta um movimento: na década de 1990, a busca de sua construção como conceito, evidenciando um esforço conjunto em desnaturalizá-lo, considerando-o como campo de práticas humanas, portanto como campo de diferentes representações e conflitos sociais. Ao fim da década de 1990, mais precisamente em 1999, há o declínio do conceito *meio ambiente* e o aparecimento da noção de *desenvolvimento urbano sustentável*. E em 2001 o reaparecimento do conceito de *meio ambiente* articulado com as noções de *território* e *territorialidade*.

A delimitação dessas três fases levou-nos a formular algumas questões que nortearam nossa análise. A primeira: como nesse curto espaço de tempo (1991-2001) se construiu a

história do conceito *meio ambiente* no interior da Anpur? Segunda: em que sentido esse conceito se articula com a dimensão espacial? Como partimos de um ponto de vista teórico que concebe que a reflexão sobre o espaço requer uma mediação escalar, o que passamos também a procurar é de que modo o conceito *meio ambiente* funda ou não uma reflexão escalar. Convém ressaltar que, sendo ainda momento de elaboração de um conceito, podemos apenas e *cuidadosamente* anunciar alguns pontos percebidos em relação ao meio ambiente.

Nos primeiros anos, ou seja, na primeira fase, consideramos como referência obrigatória os textos: “Cidade e tecnologia na pós-modernidade” (Limonad, 1991) e “Planejamento e questão ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar?” (Vainer, 1993). No primeiro, a proposta não é discutir o conceito *meio ambiente*, mas o urbano, que se apresenta carente de uma reflexão teórica, pois nas tendências recentes pouco espaço tem sido destinado às experiências sociais e condições de existência dos cidadãos. Reflete sobre ausência e perda do sentido político e cultural na cidade pós-industrial, onde “as relações sociais e a vida material deterioram-se acompanhando a degradação da natureza e do homem” (Limonad, 1991, p. 661). Propõe incorporar, nos estudos urbanos, o conceito *modo de vida*, articulado às categorias *condições de existência* e *quadro de vida*, fundando um objeto de reflexão sobre o urbano, em que o econômico e o cultural sejam contemplados integralmente. Mais ensaio do que proposta metodológica, esse artigo inspira e traz para o interior dos textos da Anpur uma perspectiva de considerar as experiências cotidianas (que estariam ausentes das reflexões teóricas) como constitutivas de um quadro de reflexão.

O segundo artigo alerta sobre os riscos de se transpor sem muito questionamento e reflexão a definição de meio ambiente, saída intacta da legislação ambiental e das diretrizes do setor elétrico brasileiro para os estudos de planejamento regional e urbano. Em tais discursos, analisa Vainer, não só a natureza é naturalizada, destituída de um sentido histórico, mas também a população é naturalizada, ausente de futuro e projetos de transformação. Critica também as posições relativistas que negam a tomar posição em seus referenciais conceituais, ofuscando ou negando as resistências experienciadas pelas populações envolvidas na implantação dos grandes empreendimentos hidrelétricos no Brasil. Constata ainda que o enquadramento da questão regional em planejamento ambiental implicou também a ambientalização de muitos projetos de pesquisa.

Ainda que não encontremos um diálogo direto entre esses autores, o que pretendemos demonstrar é que tais artigos assinalam um momento que funda uma reflexão conceitual sobre meio ambiente nos anais da Anpur. Esse é o projeto teórico que muitos autores ensinam para sair do reducionismo naturalista do discurso ambiental. Em 1991, quatro artigos dedicam-se diretamente a refletir sobre a problemática ambiental e urbana. Embora pequeno, esse número revela uma preocupação teórica em refletir sobre o aporte dessa noção – preocupação essa que se estenderia até 1993, quando a questão ambiental é encarada de fato como problema conceitual, no qual a maioria dos artigos se esforça em construir uma reflexão já lançada em 1991, qual seja, meio ambiente apreendido como construção social e articulado à organização do território.⁴ Verifica-se também esse esforço em 1995, pois dos oito artigos apresentados metade se dedica a evidenciar a imprecisão da noção meio ambiente, especificamente quando aplicada aos estudos de impactos ambientais. Em 1997 há uma continuidade na reflexão conceitual, mas há maior articulação entre teoria e empiria, evidenciando nesse ano as implicações sociais das Normas da ISO, ênfase sobre os processos de industrialização e urbanização e seus efeitos

⁴ Conforme análise e proposta teórica de Rainer Randolph e Eliane Bessa (1991).

socioambientais e apresentação da elaboração e diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico, instrumento técnico e político de ordenamento territorial.⁵

O que destacamos como ponto de convergência nessa primeira fase (1991-1997) é o esforço dado primeiramente em reelaborar o conceito de meio ambiente, e, também, um esforço conjunto em considerá-lo historicamente. Segundo, tal projeto implica eleger atores que até então, pela naturalização do discurso ambiental, estiveram ausentes ou desnaturalizados como sujeitos históricos. Meio ambiente, em contraste com a noção de território, não funda primordialmente uma reflexão política. Ao contrário, se fizermos um percurso de sua história, verificaremos, como analisavam Randolph & Bessa (1991), que ora provém de um determinismo naturalista dos estudos geográficos, ora da biologia ou da ecologia. Assim, na década de 1990 o esforço volta-se para o exame e crítica do conteúdo a-social e político do conceito de *meio ambiente*, apresentando reflexões que buscam tornar visíveis os diferentes conflitos gerados na posse e no controle dos recursos naturais.

O ano de 1999, momento que designamos como oscilante em relação à fase precedente, representa um contraste, ou melhor, uma mudança de acento nas discussões. Meio ambiente se ausenta como instrumento conceitual e aflora fulgurante a noção de *desenvolvimento sustentável*. Os 22 artigos apresentados nesse ano superam quantitativamente os dos anos anteriores.⁶ Entretanto, se até então questionamentos e propostas caminhavam em direção a uma reelaboração conceitual afinada com um pensamento político, o ano de 1999 apresenta-se como tentativa muito mais de aplicabilidade de um conceito do que, como vinha sendo feito até então, como esforço teórico e reflexivo. É importante esclarecer que há um esforço interpretativo e crítico em relação à noção de desenvolvimento urbano sustentável (Acsehrad, 1999), mas a ênfase no conjunto dos textos será dada na recepção e adaptação desse termo às práticas de planejamento e/ou das análises urbanas, em razão de sua operacionalidade e/ou eficiência.

Não é nossa intenção aqui prolongar uma discussão em torno dos conceitos *meio ambiente* e *desenvolvimento sustentável*, mas como nossa tarefa é refletir sobre eles, cabe-nos também ponderá-los. Desse modo, cumpre delimitar as distinções entre um conceito e outro, visto que nos próprios textos reunidos nos seis *Anais da Anpur* as diferenças estão colocadas. Se meio ambiente busca sua constituição no campo da política pela categoria *poder-* e/ou buscando pensá-lo como organização do território-, desenvolvimento sustentável busca seu atributo na temporalidade – o tempo do presente para o futuro acrescido de um sentido ético.

Segundo Guimarães, “há mais de cem definições identificadas na literatura sobre Desenvolvimento Sustentável” (1997, p.22). Fiquemos com a mais referenciada nos *Anais da Anpur*: “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. Ou nas palavras de Sachs, autor recorrentemente citado: “O *espaço físico da economia* deverá ir além dos limites da firma e da nação, abrangendo toda a ecologia; o tempo das análises não poderá ficar restrito ao curto prazo, devendo incorporar *todo o futuro*, futuro, no qual os efeitos das decisões econômicas se fazem sentir” (Carvalho & Romero, 1999, grifos nossos).

Analisando as diversas abordagens teóricas no campo do desenvolvimento urbano sustentável, mais prudente e menos entusiasta, Costa considerava em 1999 que: “o campo dos estudos ambientais vem experimentando simultaneamente o alargamento de suas bases conceituais e a multiplicação da quantidade de estudos e áreas do conhecimento envolvidas. Em grande parte destes trabalhos, a dimensão espacial/urbana das análises

5 Sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico, ver o artigo de Henri Acsehrad (2002).

6 Em 1991, quatro artigos; em 1993, 1995 e 1997 são apresentados quatro, oito e 11 artigos, respectivamente.

permanece subestimada, ou mesmo inexistente, ou ainda numa perspectiva mais radical até mesmo negada como não-ambiental, não-natural” (Costa, 1999). Acrescentaríamos que não somente a dimensão espacial é ignorada como também o passado. Essa perspectiva temporal (do presente para o futuro) posta como fundante da noção de desenvolvimento sustentável, traz alguns problemas de ordem analítica. Primeiro, como pensar nas experiências que nos cercam sem considerá-las fragmentos do passado e portadoras de uma memória? Como entender as ações coletivas quando se retira delas a sua história? Como nos lançar para projetos futuros quando o conceito que utilizamos já suprime semanticamente tanto o tempo (o passado) quanto o espaço? Como incorporar o espaço (constituído por múltiplas temporalidades e escalas) nessa proposta ambiental?

Entretanto, reconhecemos que, diante da degradação social e ambiental nas cidades brasileiras evidenciada desde 1991, urgia também cogitar sobre intervenções, e tal preocupação norteou o projeto do VII Encontro: “Estávamos todos conscientes de que a Anpur, mais do que nunca, tinha condições de exercer uma grande responsabilidade política e institucional, transformando-se numa real interlocutora qualificada no campo das questões urbanas e regionais. Para tanto, durante o Encontro deveriam ser apresentadas – além dos avanços no campo teórico, metodológico e instrumental, voltados a contribuir para o processo de conhecimento da nova fase de urbanização e conformação do território brasileiro – propostas alternativas que canalizassem a criatividade, a ciência e a técnica e as expectativas sociais, de forma a proporcionar uma real contribuição no processo de construção da sociedade desejada. Nossa convicção, portanto, era de que a comunidade científica tinha o que dizer e propor” (Lacerda, 1999, p.42).

Pensamos que a diferença entre uma noção e outra, ou seja, entre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, pode ser encontrada também nos diferentes compromissos e identidades atribuídas à tarefa intelectual: um é dado pela urgência de um fazer imediato; outro é o tempo do pensar, da elaboração de conceitos que possam interpretar a ordem do mundo. Nesse segundo tempo a tarefa é também urgente e sobretudo política, porque, segundo Hannah Arendt, “diz respeito a todos, embora não seja partidária ou militante. É política embora não tenha, por si mesma, o poder de fabricar um mundo melhor”.⁷ De certa forma, pensamos que a noção de desenvolvimento sustentável confina-se mais para o primeiro sentido com o projeto de fabricar uma ação, um futuro melhor, pautado pela eficácia e pela ética. Entretanto, a aceitabilidade e a transposição da noção de desenvolvimento sustentável para o terreno do pensamento expõe-nos ao risco de metrificar linearmente o pensamento: do presente para o futuro, e esvaziarmos o espaço, porque ausente de temporalidade e de processos.

Por outro lado, há uma intenção positiva em muitos dos artigos apresentados, pois propõem outro modelo de produção, que se configura como possibilidade para um novo pacto social, no qual se redefine e se reconstrói uma outra relação do homem com a natureza, menos perversa e degradante e da qual somos herdeiros. Ana Clara Ribeiro (1997) propõe uma série de mediações analíticas em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, integrando a compreensão dos limites e possibilidades das ações coletivas processadas em diferentes escalas; a análise do processo atual de mundialização do capitalismo, marcado sobretudo pelo papel da técnica (especialmente a de comunicações e de informações) e o lugar ou não-lugar do Estado. Em tal contexto, a noção de desenvolvimento sustentável deve estar aberta ao exercício analítico, possibilitando-nos refletir sobre uma conjunção de ordens e ações, processadas em diferentes escalas espaciais e temporais.

7 Conforme Antônio Abranches na Introdução ao livro de Hannah Arendt, *A dignidade da política*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Na próxima fase, que delimitamos como quarta, ano de 2001, o conceito *meio ambiente* novamente aparece. Há uma continuidade nas diretrizes dos estudos ambientais em relação às fases precedentes, especialmente em relação à primeira, embora apresente especificidades: 1 discussão conceitual aliada a estudos de caso, como os diferentes conflitos originados com a implantação de unidades de conservação, empreendimentos hidrelétricos, especulação imobiliária e conflitos sociais em torno do uso dos recursos hídricos. Há nessa fase maior interesse não somente em evidenciar os conflitos, como vinha sendo realizado, mas já é possível reconhecer um esforço maior em trazer tais conflitos como objeto de reflexão e, nesse intento, o recorrente apelo ao conceito *campo de poder* de Bourdieu; 2 o conjunto dos textos apresentados traz explicitamente o compromisso teórico de se entender meio ambiente como campo de representações e de arena de conflitos entre diferentes grupos e instituições; o território é visto não apenas como instância portadora de objetos técnicos e normas jurídicas (barragens, legislações ambientais, unidade de conservação, indústrias) como configuração territorial, mas onde se defrontam diferentes estratégias para uso e controle dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos consultados trazem uma reflexão coletiva em que se reconhecem trajetórias individuais. De certa forma, foi possível acompanhar o desenrolar deste ou daquele conceito na dinâmica do pensamento. Nesse recorte (1986-2001) é possível apontar algumas tendências.

A reflexão ambiental articulada à organização territorial, a emergência das experiências cotidianas e o meio ambiente como campo de diferentes representações sociais desdobraram-se como possibilidades teóricas e tomaram o seu lugar nas reflexões da Anpur. Todavia, outras tarefas de ordem teórica e metodológica se colocam, e nesse ponto consideramos que o conceito *meio ambiente* ainda deve estar aberto à reflexão, principalmente no que se refere a uma mediação entre escalas. Muitos estudos trazem análises que se fixam numa descrição e explicação de base local. Em outras palavras, há justaposição entre a escala da área de estudo e a escala de análise: as análises se estendem até a dimensão da ocorrência do fenômeno e os conflitos sociais são descritos e explicados nos limites territoriais onde ocorrem. Redefinir meio ambiente implica não só dar-lhe historicidade e trazê-lo para o campo da política, mas desvendar a configuração da ação do poder, tanto interna quanto externa ao local onde os conflitos visivelmente ocorrem.

Se, de um lado, reconhecemos a preocupação em redefinir o que seja meio ambiente, de outro, observamos a ausência de maior rigor metodológico. A construção de um objeto de estudo está estritamente articulada à maneira *como* se constrói esse objeto. Desse modo, a escolha e a explicitação metodológicas são tão importantes quanto a definição do objeto. Há uma riqueza de experiências que carece vir à luz para ser compartilhada. Acreditamos que a metodologia possa ser o instrumento hábil para fazer emergir aquilo que está oculto e, portanto, esvaziado de significação teórica. Entretanto, ao valorizar presente e futuro como únicas dimensões temporais, tal projeto corre o risco de tornar-se “ausente” de História e de anular o espaço.

A tão propagada globalização não eliminou a diversidade espacial. A diminuição das barreiras espaciais não implica negação do espaço, muito menos sua homogeneização. Em tal sentido, valora-se a região – ora como conceito, ora como objeto da ação política;

Leila Christina Dias é professora do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: leila@cfh.ufsc.br

Gislene Aparecida dos Santos é professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná. E-mail: gissantos@hotmail.com

Artigo recebido para publicação em outubro de 2003.

o regional – como interpretação, escala e método de análise; e a regionalização – como instrumento de divisão do espaço. A construção dos conceitos de território e de territorialidade articulados ao de região ou de meio ambiente é rica de possibilidades porque traz para o espaço da reflexão a dimensão do poder e do controle.

Antes de encerrar, convém salientar que este trabalho apresenta lacunas e problemas. O leque de questões anunciado nos *Anais* é muito maior do que nosso recorte pôde apreender e estamos cientes de que muitas questões levantadas aqui não foram contempladas em todas as suas singularidades. Entretanto, procuramos apresentar o percurso dos conceitos espaciais com o objetivo de que esta exposição resulte não somente numa síntese exploratória, mas, sobretudo, contribua à reflexão mais precisa dos lugares dos conceitos no interior da Anpur.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIKO, A.; BONDUKI, N. ; SILVA, B. D. M. “Relatório do grupo de trabalho Planejamento Habitacional”. In: I ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1986, Nova Friburgo, *Anais...* Rio de Janeiro: Anpur, 1986. p.44-8.
- ACSELRAD, H. “Discursos da sustentabilidade urbana”. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1999, Porto Alegre, *Anais...* Porto Alegre: Anpur, 1999. (CD-Rom.)
- _____. “O Zoneamento Ecológico-Econômico na Amazônia e o panoptismo imperfeito”. Rio de Janeiro, *Cadernos Ippur*, n.2, p.53-75, 2002.
- ARROYO, M. “A espacialidade do futuro... além das fronteiras nacionais?” In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1995, Brasília, *Anais...* Brasília: Anpur, 1996. p.1104-15.
- BACELAR, T. “Dinâmica regional brasileira e integração competitiva”. In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1997, Recife, *Anais...* Recife: Anpur/UFPE, 1997. p.1070-99.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 311p.
- BRUNET, R.; FERRAS, R.; THÉRY, H. *Les mots de la Géographie, dictionnaire critique*. Montpellier/Paris: RECLUS/La Documentation Française, 1992. 518p.
- CARVALHO, E. A.; ROMERO, M. A. B. “A insustentabilidade do desenvolvimento urbano das capitais brasileiras”. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1999, Porto Alegre, *Anais...* Porto Alegre: Anpur, 1999. (CD-Rom.)
- COSTA, H. S. de M. “Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos”. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1999, Porto Alegre, *Anais...* Porto Alegre: Anpur, 1999. (CD-Rom.)
- DAVIDOVICH, F. “Gestão do território, um tema em questão”. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1989, Águas de São Pedro, *Anais...* São Paulo: Anpur/FAU, 1989. v.2, p.69-79.
- FELDMAN, S. “Segregações espaciais urbanas e territórios de prostituição feminina em São Paulo”. In: III ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1989, Águas de São Pedro, *Anais...* São Paulo: Anpur/FAU, 1989. v.1, p.352-7.
- GOMES, P. C. da C. “O conceito de região e sua discussão”. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.49-76.

- GUIMARÃES, R. P. “Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas”. In: BECKER, K. B; MIRANDA, M. (Org.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p.13-44.
- GUNN, P. “Mexendo com a terra: o impacto social do complexo Pedra do Cavalo (BA)”. In: III ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1989, Águas de São Pedro, *Anais...* São Paulo: Anpur/FAU, 1989. v.1, p.11-28.
- HAESBAERT, R. “Regiões transfronteiriças e migração brasileira em países do Mercosul”. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1999, Porto Alegre, *Anais...* Porto Alegre: Anpur, 1999. (CD-Rom.)
- LACERDA, N. “Olhando o passado, enfrentando o presente e construindo o futuro, 1997-1999”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, ANPUR, n.1, p.38-44, 1999.
- LAVINAS, L.; NABUCO, M. R. Regionalização: problemas de método. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1991, Salvador, *Anais...* Salvador: Anpur/UFBa, 1993. p.211-9.
- LENCIONI, S. A mudança do discurso desenvolvimentista face a crise da economia. A falência das políticas de desenvolvimento regional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, III., 1989, Águas de São Pedro, *Anais...* São Paulo: Anpur/FAU, 1989. v.1, p.119-28.
- LIMONAD, E. “Cidade e tecnologia na pós-modernidade”. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1991, Salvador, *Anais...* Salvador: Anpur/UFBa, 1993. p.659-71.
- PIQUET, R. “Grandes projetos e instâncias de poder”. In: III ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1989, Águas de São Pedro, *Anais...* São Paulo: Anpur/FAU, 1989. v.1, p.29-37.
- RANDOLPH, R.; BESSA, E. “O meio ambiente como forma específica de organização territorial: elementos para uma discussão conceitual”. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1991, Salvador, *Anais...* Salvador: Anpur/UFBa, 1993. p.639-49.
- RANDOLPH, R.; LIMONAD, E. “Balanço quantitativo da produção técnico-científica em planejamento regional, urbano e habitacional (1980/1986)”. In: I ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1986, Nova Friburgo, *Anais...* Rio de Janeiro: Anpur, 1986. p.49-64.
- RIBEIRO, A. C. “Desenvolvimento sustentável: novas redes, novos códigos”. In: BECKER, K. B; MIRANDA, M. (Org.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 471-92.
- SAMPAIO, H.; CARVALHO, E.; PORTO, E. “O papel do planejamento na RMS: industrialização, grandes projetos e reestruturação do espaço”. In: III ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1989, Águas de São Pedro, *Anais...* São Paulo: Anpur/FAU, 1989. v.1, p.111-8.
- SILVEIRA, M. L. “Os novos conteúdos da regionalização: lugares modernizados e lugares letárgicos no Planalto Nordpatagônico argentino”. In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1993, Belo Horizonte, *Anais...* Belo Horizonte: Anpur/UFGM-Cedeplar, 1995. p.872-84.
- SOUZA, M. J. L. de. “O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos em termos de desenvolvimento sócio-espacial”. In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1995, Brasília, *Anais...* Brasília: Anpur, 1996. p.1065-78.

- VAINER, C. B. "A inserção regional dos grandes aproveitamentos hidrelétricos - uma discussão das posições emergentes no setor elétrico". In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1991, Salvador, *Anais...* Salvador: Anpur; UFBa, 1993. p.153-61.
- _____. "Planejamento e questão ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar?" In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1993, Belo Horizonte, *Anais...* Belo Horizonte: Anpur/UFGM-Cedeplar, 1995. p.556-71.
- _____. "A configuração de novos espaços regionais ou neoregionalismo de base popular: realidades e possibilidades". In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1995, Brasília, *Anais...* Brasília: Anpur, 1996. p.1.033-44.
- _____. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2001, Rio de Janeiro, *Anais...* Rio de Janeiro: Anpur/Ippur/UFRJ, 2001. p.140-50.

A B S T R A C T *This paper discusses the trajectory of some concepts such as region, territory and environment. The topic is examined in the light of articles published in Anpur's Conference proceedings from 1987 to 2001. The paper shows the meanings associated with the word region and in what manner the regional theme, guiding the 1986 Anpur Meeting, loses ground in 1991 and 1993. Thus, the article identifies three main tendencies: the construction of the concept of territory, the rise of environmental studies, and the use of region as the origin of a political reflection about its territorial basis. It concludes that the construction of the concepts of territory and territoriality connected to region and environment is rich in possibilities because it introduces the dimension of power and control.*

K E Y W O R D S *Spatial scales; region; territory; environment; sustainable development; scientific production of Anpur.*